

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º
CICLO DE FELGUEIRAS

Datas da visita: 4 e 5 de Dezembro de 2007

I – Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Secundária com 3.º Ciclo de Felgueiras realizada pela equipa de avaliação que visitou a Escola entre 4 e 5 de Dezembro de 2007.

Os capítulos do relatório — caracterização da escola, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – Caracterização da Escola

A Escola Secundária com 3.º Ciclo de Felgueiras, cuja origem remonta a 1975, encontra-se a funcionar nas actuais instalações desde 1990. Construída com capacidade para 900 alunos, o crescimento significativo do número de alunos implicou a ampliação de instalações, tendo sido edificados dois novos pavilhões.

Actualmente, frequentam este estabelecimento de ensino 1761 alunos, distribuídos da seguinte forma: 590 no 3.º ciclo do Ensino Básico; 62 nos Cursos de Educação e Formação; 614 nos cursos Científico-Humanísticos do Ensino Secundário; 206 nos cursos Tecnológicos do Ensino Secundário; 155 nos cursos Profissionais do Ensino Secundário; 21 no 3.º ciclo do Ensino Básico Recorrente; 84 no Ensino Secundário Recorrente por módulos e 29 nos cursos de Educação e Formação de Adultos. Desse universo de alunos, de acordo com os dados fornecidos pela Escola, 34% são subsidiados pela acção social escolar, havendo uma forte correlação na percentagem de alunos apoiados no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Face à diversidade da sua oferta educativa, designadamente do Ensino Recorrente, a Escola funciona em regime diurno e nocturno, estando aberta das 8 h às 24 h.

O levantamento das habilitações literárias dos pais/encarregados de educação revela que 68% dos pais/encarregados de educação não completaram os nove anos de escolaridade, sendo as suas habilitações literárias correspondentes ao 4.º e 6.º anos de escolaridade. Cerca de 10 % dos pais/encarregados de educação aparecem com “formação desconhecida/outra”, 5% têm habilitações superiores ao 12.º ano (bacharelato, licenciatura e mestrado), situando-se os restantes 17 % entre o 3.º ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário.

Quanto às profissões exercidas pelos pais/encarregados de educação: 42% são operários, artesãos, operadores de máquinas e vendedores; 18% profissão desconhecida; 9% sem profissão; 7% quadros superiores da função pública e das empresas; 6% pessoal de serviços e vendedores; 5% empregados de escritório; 5% trabalhadores não qualificados; 4% especialistas das profissões intelectuais e científicas; 3% técnicos e profissionais de nível intermédio e 1% agricultores e trabalhadores não qualificados da agricultura.

Uma análise das habilitações literárias e das ocupações dos pais/encarregados de educação permite concluir que esta Escola é frequentada por uma população de alunos heterogénea, oriunda de diversos grupos sociais.

A equipa docente é constituída por 163 professores, sendo 95 do Quadro de Escola, 25 do Quadro de Zona pedagógica e 43 contratados. Verifica-se que 45% dos professores tem entre 10 e 18 anos de serviço; 27 % até 4 anos de serviço; 13% entre 20 e 29 anos; 10% entre 5 e 9 anos e 5% tem 30 ou mais anos. A rácio professor/aluno é de 1 para 11.

O pessoal não docente é constituído por 47 funcionários, dos quais 32 auxiliares de acção educativa, 11 administrativos, 2 guardas-nocturnos, 1 técnico do Acção Social Escolar e 1 psicólogo.

Na sua estrutura física, apresenta boas instalações, com amplos espaços exteriores, e equipamentos diversificados e adequados. Todavia, com o alargamento da oferta educativa e conseqüente sobrelotação, necessita de mais espaços apropriados a uma formação qualificante, a projectos e outras actividades de enriquecimento curricular.

III – Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

Suficiente

Os resultados dos alunos da Escola nos exames nacionais do 9.º ano de 2006 e 2007, em Língua Portuguesa e Matemática, são, em geral, inferiores aos referentes nacionais. Constata-se, portanto, que, nos exames nacionais do 9.º ano, em 2006, a média das classificações de exame em Língua Portuguesa e em Matemática é inferior à média nacional e, em 2007, a média das classificações de exame em Matemática é inferior à média nacional, tendo regredido em relação ao referente nacional, e em Língua Portuguesa é ligeiramente superior à média nacional. Regista-se ainda uma distinção entre os resultados obtidos na avaliação externa e os resultados expressos das classificações internas, com especial incidência na disciplina de Matemática no 9.º ano, onde a classificação dos alunos em exame, em 2007, regrediu 41% em relação à classificação interna.

No ensino secundário, nos exames nacionais de Português, Matemática e História de 2005, 2006, 2007, verifica-se que as variações anuais dos resultados dos alunos apresentam, em regra, tendência idêntica à das médias nacionais. Em Matemática e História, as médias das classificações obtidas em exame são negativas, inferiores às médias nacionais e significativamente inferiores às médias das classificações internas. O abandono escolar tem vindo a diminuir gradualmente, tendo a Escola montado mecanismos de prevenção de situações de alunos em risco de abandono.

O comportamento e a (in)disciplina, especialmente a nível do Ensino Básico, são preocupação constante dos órgãos de gestão, que procuram gerir os conflitos internos, de modo a tornar o ambiente escolar seguro e propício à aprendizagem.

Os alunos participam em actividades/projectos orientados para a promoção de valores cívicos. Os órgãos de gestão e os docentes procuram maximizar o impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas expectativas, pretendendo garantir a relação do saber com o desenvolvimento das competências e a preparação dos alunos quer para o prosseguimento de estudos, quer para a futura inserção no mercado de trabalho. Porém, esta intencionalidade não está sustentada por práticas de monitorização do percurso pós-escolar dos alunos.

2. Prestação do serviço educativo

Bom

A articulação intra departamental, ainda que não consolidada, tem sido promovida pelas coordenações de Departamentos que procuram estabelecer orientações e estratégias comuns na análise e resolução de problemas de índole pedagógica. Já a articulação inter departamental, centrada, pontualmente, na preparação e realização de actividades conjuntas, ainda é frágil.

O acompanhamento e a supervisão interna da prática lectiva dos professores, apesar da inexistência de práticas intencionais e contínuas de observação directa, ocorrem nos momentos em que se procede à verificação do cumprimento dos programas, à elaboração das planificações, à análise dos resultados escolares e à monitorização dos planos de recuperação dos alunos com dificuldades de aprendizagem e dos projectos curriculares de turma.

É manifesta a preocupação da liderança de topo e intermédia, dos professores e dos funcionários com a inclusão de todos os alunos, sem prejuízo da adopção de estratégias que garantam a igualdade de oportunidades no acesso aos bens educativos. Os directores de turma, os Serviços de Psicologia e Orientação e os professores do ensino especial desenvolvem uma acção atenta e procuram agir precocemente, identificando as estratégias de apoio mais adequadas (e.g., plano de apoio individualizado, acção social escolar, apoios pedagógicos, reorientação do percurso formativo) e monitorizando os resultados do apoio proporcionado aos alunos.

A oferta educativa diversificada e ajustada às necessidades do meio e às expectativas dos alunos e das famílias, o fomento do ensino experimental das ciências e a variedade de projectos/actividades de enriquecimento curricular oferecidas pela Escola traduzem a abrangência do currículo e a valorização dos saberes e das aprendizagens.

3. Organização e gestão escolar

Bom

O planeamento e a actividade desenvolvida procuram ter em conta os objectivos essenciais definidos no Projecto Educativo e visam atingi-los. Porém, a ausência de indicadores e de critérios de sucesso esperados não permite à Escola avaliar a sua eficácia.

A gestão de recursos humanos privilegia a adequação das funções ao perfil humano e profissional dos seus destinatários. Docentes e não docentes estão motivados, assumem a cultura da Escola e promovem-na na sua prática quotidiana.

A Escola tem vindo a obter recursos financeiros que investe na aquisição de equipamentos diversos de modo a fomentar um ensino experimental e profissional de qualidade. O alargamento da sua oferta educativa, com a consequente necessidade de assegurar estágios profissionais aos alunos, tem contribuído para aproximar a Escola à comunidade educativa. A participação dos pais/encarregados de educação na vida escolar cinge-se, sobretudo, à sua presença nos órgãos onde têm assento. Há colaboração dos órgãos de gestão com a Associação de Pais/Encarregados de educação, que procuram desenvolver um trabalho regular no sentido de tornar mais efectiva a sua participação no quotidiano escolar.

A Escola procura praticar uma política generalizada de equidade e justiça que garanta o acesso de todos os alunos aos serviços educativos, independentemente da sua condição económica, social ou capacidade de aprendizagem. A resposta à heterogeneidade passa, sobretudo, pela diferenciação positiva dos apoios e pela adequação da oferta educativa à diversidade de capacidades e expectativas dos alunos.

4. Liderança

Bom

O Conselho Executivo tem uma visão do projecto que quer fomentar e das mudanças a introduzir, evidenciada na diversificação da oferta educativa, na diferenciação positiva dos apoios e na gestão dos recursos humanos e financeiros.

A liderança do Conselho Executivo é determinada e procura motivar a comunidade escolar para um trabalho conjunto e para a partilha de responsabilidades. Os órgãos de gestão trabalham de forma articulada e complementar, deixando espaço à intervenção das estruturas de orientação educativa.

A Escola tem celebrado protocolos, no âmbito dos estágios profissionalizantes, com empresas, universidades e a Autarquia e desenvolve outras actividades/projectos em parceria com várias entidades. Destaca-se a integração da Escola na Rede de Bibliotecas Escolares e a sua participação no projecto Ciência Viva.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

Suficiente

Apesar da existência de uma prática contínua de reflexão sobre as aprendizagens e os resultados escolares, a Escola carece de um processo estruturado e sistemático de avaliação que confira credibilidade à auto-avaliação e seja um potencial de desenvolvimento contínuo.

A estabilidade e empenho do corpo docente, a liderança mobilizadora e a diversificação da oferta educativa constituem condições que podem garantir o seu progresso. Contudo, a sustentabilidade do seu progresso futuro depende da capacidade da Escola em se afirmar na comunidade local e em encontrar os caminhos de acção que efectivamente viabilizem a sua estratégia de melhoria, quer a nível dos processos de ensino e aprendizagem, quer dos resultados dos alunos.

IV – Avaliação por factor

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

A partir da análise dos resultados académicos do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário no triénio 2005/2007, apresentados pela Escola, regista-se que as taxas de transição/conclusão no 3.º ciclo e no Ensino Secundário têm gradualmente melhorado.

Nos exames nacionais do 9.º ano, em 2006 e 2007, verifica-se que, enquanto que a média das classificações de exame em Língua Portuguesa melhorou, situando-se ligeiramente acima da média nacional, em Matemática regrediu 14% relativamente ao referente nacional. Já no que concerne à relação da classificação obtida em exame/classificação interna em 2007, constata-se a existência, em Língua Portuguesa, duma correlação entre ambas. O mesmo não se regista em Matemática, onde o resultado dos alunos em exame nacional é cerca de 41% inferior à classificação interna.

No Ensino Secundário, nas disciplinas de Português e Matemática, a média das classificações dos alunos internos obtida em exame nacional/1.ª fase, nos anos de 2005, 2006 e 2007, tem melhorado. Em 2007, a média das classificações de exame: em Português é superior em 0.2 à média nacional e inferior em 2.1 valores à média das classificações internas; em Matemática, apesar da melhoria verificada nos resultados, situa-se cerca de 1 valor abaixo da média nacional e 4.2 valores abaixo da média das classificações internas. Na disciplina de História regista-se, ao longo do triénio 2005/2007, uma tendência descendente, sendo a média das classificações de exame, em 2007, inferior em 1.5 valores à média nacional e em 4.5 valores em relação à média das classificações internas.

A monitorização do (in)sucesso e a consequente definição de estratégias individuais de remediação são realizadas no conselho de turma. A partir da informação gerada pelos conselhos de turma são produzidos gráficos trimestrais que são analisados, primeiramente, pelo Conselho Pedagógico e Conselho Executivo e, posteriormente pelos departamentos/áreas disciplinares, de acordo com as orientações emanadas pelos referidos órgãos. No final do ano lectivo, o Conselho Pedagógico e as estruturas de orientação educativa analisam os resultados e reflectem sobre o nível de progresso dos alunos nas diferentes disciplinas/áreas disciplinares/anos de escolaridade, reformulando as estratégias. Todavia, a reflexão produzida e as estratégias de superação carecem da adequada operacionalidade, já que, não identificando metas mensuráveis, não permitem avaliar a sua eficácia.

Os dados, apresentados pela Escola, sobre o abandono escolar mostram que, de 2005 a 2007, se tem verificado uma diminuição gradual das taxas de abandono no Ensino Básico e no Ensino Secundário. O combate ao abandono escolar constitui uma prioridade da Escola que tem montados mecanismos de prevenção de situações de risco que passam pela articulação entre Directores de Turma, Serviços de Psicologia e Orientação, Comissão de acompanhamento ao abandono escolar, famílias e Conselho Executivo e pelo alargamento de uma oferta formativa alternativa, enquadradora dos alunos em risco de abandono (e.g., cursos de Educação e Formação e cursos profissionais).

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

Nos documentos orientadores da acção educativa da Escola é assumida, como prioridade, a educação para o exercício de uma cidadania responsável, capaz de intervir e transformar a realidade social em que se insere. Nesta linha, a Escola procura desenvolver um processo educativo orientado por valores de respeito pelos outros, pelo ambiente e pelo património cultural, de solidariedade e responsabilidade, que promova uma vivência activa da cidadania. Assim as problemáticas da educação para a saúde, da educação ambiental, da educação cultural e dos direitos humanos são trabalhadas pelos alunos nas actividades/concursos/clubes/visitas desenvolvidas e nos projectos, como por exemplo, Educação para a Saúde, Ciência Viva e Plano Nacional de Leitura.

Os alunos, através dos seus representantes, participam nos órgãos e estruturas de orientação educativa onde têm assento e dinamizam diversas actividades e projectos que apresentam à comunidade escolar. Os alunos identificam-se com a Escola, valorizam o clima e ambiente educativo, a relação pedagógica com os docentes e apreciam o investimento da liderança na inovação tecnológica.

1.3 Comportamento e disciplina

Os alunos têm, em geral, um comportamento disciplinado, conhecem e cumprem as regras de funcionamento da Escola. As situações de indisciplina, mais frequentes no 3.º Ciclo, são resolvidas pelos professores em contexto de sala de aula, ou com os Directores de Turma e, em casos de maior gravidade, pelos conselhos de turma em articulação com o Conselho Executivo, os Serviços de Psicologia e Orientação e os pais/encarregados de educação. Os pais, os funcionários, os professores e os alunos valorizam o ambiente de segurança interna e externa vivenciado na Escola e as regras de conduta que integram o Regulamento Interno.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Os órgãos de gestão e os docentes procuram maximizar o impacto das aprendizagens escolares nos alunos e nas suas expectativas, pretendendo garantir a relação do saber com o desenvolvimento das competências e a preparação dos alunos quer para o prosseguimento de estudos, quer para a futura inserção no mercado de trabalho. As opções profissionalizantes, a reorientação do percurso escolar dos alunos, as medidas de apoio prestadas aos alunos com necessidades educativas de carácter prolongado, ou com dificuldades de aprendizagem de carácter pontual parecem constituir respostas ajustadas à diversidade de interesses vocacionais dos discentes. Contudo, não existem mecanismos que permitam seguir o percurso pós-escolar dos alunos. Fragilidade que a Escola se propõe ultrapassar com a criação, no ano lectivo em curso, do Núcleo de Apoio à Formação em Contexto de Trabalho.

A Associação de Pais/Encarregados de Educação considera que uma parte significativa dos pais tem ainda baixas expectativas relativamente ao papel educativo da Escola e às aprendizagens dos seus educandos. Releva o empenho da Escola no combate ao abandono escolar e a abertura de cursos profissionalizantes no Ensino Básico e no Ensino Secundário e de cursos de Educação e Formação de Adultos, como forma de valorização social das famílias de pertença.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

Os Departamentos reúnem, regularmente, após as reuniões do Conselho Pedagógico com vista ao estabelecimento de orientações e estratégias comuns na análise e resolução de problemas de índole pedagógica. O controlo do cumprimento dos programas, a articulação dos conteúdos das disciplinas, os critérios de avaliação, os critérios de distribuição do serviço docente, as propostas de actividades de substituição e a identificação de necessidades de formação dos docentes são realizados nos Departamentos. As planificações anuais da disciplina por ano de escolaridade, os critérios específicos de avaliação e a análise periódica dos resultados escolares da disciplina são trabalhados na área disciplinar. Destaca-se, também, a articulação do trabalho em projectos transversais, como acontece no âmbito do Plano de Acção da Matemática e do Plano Nacional de Leitura. Os conselhos de turma promovem a articulação dos conteúdos das várias disciplinas e dos critérios de avaliação nos projectos curriculares de turma.

A articulação inter-departamental é menos conseguida, centrando-se, essencialmente, na preparação e realização de actividades conjuntas (e.g., visitas de estudo. A sequencialidade inter-ciclos de aprendizagem apresenta fragilidades e a ligação entre a Escola e as escolas básicas do 2.º e 3.º ciclos é quase inexistente.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

Não existe acompanhamento directo e sistemático da prática lectiva em sala de aula por parte dos responsáveis das estruturas de orientação educativa. Assim, o acompanhamento e a supervisão interna da prática lectiva dos professores são feitos por via indirecta, ocorrendo nos momentos em que se procede à verificação do cumprimento dos programas, à elaboração das planificações, à monitorização dos planos de recuperação dos alunos com dificuldades de aprendizagem e dos projectos curriculares de turma e à análise dos resultados dos alunos.

A aferição interna dos resultados, feita nas reuniões de Departamento/Área disciplinar e conselho de turma para articulação vertical e horizontal, assenta essencialmente na definição de critérios de avaliação comuns à Escola, cabendo ao Conselho Executivo, nos diferentes períodos lectivos, zelar pela sua aplicação. Regista-se que, no âmbito do Plano de Acção de Matemática, foi iniciada a aplicação de testes sumativos comuns a todas as turmas do 7.º ano. Porém, tal processo dá os primeiros passos, não tendo a Escola ainda encontrado os mecanismos mais adequados à garantia da fiabilidade e confiabilidade das suas classificações internas.

Anualmente os Departamentos/Áreas disciplinares identificam necessidades de formação dos professores que procuram colmatar, quer promovendo acções de formação, quer recorrendo ao respectivo Centro de Formação e a outras instituições de formação.

2.3 Diferenciação e apoios

Os órgãos de gestão e administração, os professores e os funcionários manifestam grande preocupação com a inclusão de todos os alunos e com prestação de um serviço educativo que vá ao encontro das suas diferentes necessidades. Esta preocupação centra-se, quer nos alunos com necessidades educativas de carácter prolongado, cujo despiste é feito pelo conselho de turma com o apoio dos Serviços de Psicologia e Orientação e do Núcleo de Apoio Educativo, quer nos alunos com dificuldades de aprendizagem de carácter pontual, ou naqueles que são oriundos de famílias económica e socialmente desfavorecidas, ou que apresentam elevada desmotivação ou mesmo em risco de abandono. Para cada uma destas categorias de problemas, são identificadas estratégias diferenciadas que passam pelo desenvolvimento de planos de apoio individualizado pelos professores da turma apoiados pelo psicólogo e pelo professor do ensino especial; pelos apoios pedagógicos, nas várias disciplinas, em pequenos grupos de alunos propostos pelos conselhos de turma; pela Clínica da Matemática, onde grupos de 4 alunos têm apoio a esta disciplina; pela orientação do estudo acompanhado para a superação de lacunas em Língua Portuguesa e Matemática; pelo apoio dos Serviços de Acção Social Escolar; pela orientação escolar com vista à reorientação do percurso escolar do aluno e pela oferta de cursos de Educação e Formação, de cursos tecnológicos e de cursos profissionais.

Para além destas práticas de discriminação positiva, a Escola desenvolve actividades de enriquecimento curricular (e.g., jornal escolar, clubes, saraus) que visam proporcionar aos alunos diversas oportunidades de formação.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

Perante a diversidade de interesses e de expectativas dos alunos em relação ao seu projecto de vida, a Escola tem uma oferta formativa e curricular diversificada, ajustada e flexibilizada. Para além do 3.º ciclo do Ensino Básico e dos cursos científico-humanísticos e dos cursos tecnológicos do Ensino Secundário, a Escola oferece, como percursos alternativos, cursos de Educação e Formação, cursos profissionais e ensino básico e secundário recorrente. A existência de alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado, com dificuldades de aprendizagem, ou provenientes de famílias economicamente desfavorecidas ou em risco de abandono, tem exigido a identificação das já referidas estratégias de diferenciação e de diversificação curricular, valorizando e dignificando diferentes saberes de modo a poder chegar a todos e a cada um.

O desenvolvimento da curiosidade e da cultura científica e o fomento do ensino experimental das ciências são valorizados, particularmente no Ensino Secundário, através das práticas de ensino experimental das Ciências Físico-Químicas e Naturais.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

Existe a intenção de que o Projecto Educativo se constitua como uma referência orientadora na definição dos planos da Escola. Há um vasto conjunto de actividades e de projectos nas áreas consideradas prioritárias. Porém, a ausência de indicadores e de critérios de sucesso esperados não permite à Escola avaliar a sua eficácia.

O planeamento do ano lectivo – constituição de turmas, distribuição do serviço docente e não docente, organização dos horários – tem por base critérios e orientações, emanadas do Conselho Pedagógico e das estruturas de orientação educativa, que procuram respeitar os interesses dos alunos. Todavia, a taxa de ocupação da Escola dificulta a gestão dos tempos e dos espaços, ocasionando, por vezes, algum desequilíbrio de aulas pelos dias da semana, dificuldades na concretização de projectos/actividades e no encontro de tempos comuns dos professores para a realização de reuniões de Departamentos e Áreas disciplinares, ao longo da semana.

As actividades internas da Escola estão bem planeadas e distribuídas por diferentes intervenientes na comunidade escolar, contando por vezes com a participação dos alunos. Observa-se a preocupação em articular a Área de Projecto com os campos de intervenção definidos pela Escola, nomeadamente com a educação ambiental e a educação para a saúde. Relativamente à área de Estudo Acompanhado verifica-se que a mesma está a ser ministrada por professores de Língua Portuguesa e Matemática no âmbito do Projecto de Leitura e do Plano de Acção da Matemática.

Todas as orientações úteis relativas ao funcionamento do ano escolar estão disponíveis na página da Escola na Internet, que é um importante meio de comunicação com a comunidade educativa.

3.2 Gestão dos recursos humanos

O Conselho Executivo conhece as competências e aptidões dos docentes e não docentes, gerindo os recursos humanos de acordo com as necessidades da Escola. A distribuição de serviço docente obedece, em geral, ao princípio da continuidade pedagógica, à excepção da atribuição dos anos/disciplinas sujeitos a exames nacionais, onde é tida em consideração a experiência profissional, os resultados escolares e a formação dos docentes.

É dada atenção ao acolhimento e integração de professores novos nos primeiros dias do ano lectivo pelo Conselho Executivo e pelos coordenadores de Departamento e de outras estruturas intermédias. Os professores sentem-se bem na Escola e valorizam a boa organização e gestão e o ambiente geral de bom relacionamento entre a comunidade escolar.

No que concerne ao pessoal não docente, o Conselho Executivo identifica, como área problemática, a gestão dos auxiliares de acção educativa, resultante do número insuficiente e da falta de formação adequada dos mesmos para garantir uma segurança mais eficaz e um melhor acompanhamento dos alunos.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

A utilização dos meios financeiros da Escola está alinhada com os objectivos do Projecto Curricular, sendo as prioridades definidas anualmente pelo Conselho Executivo, ouvidas as estruturas de orientação educativa. O financiamento atribuído à Escola revela-se insuficiente para a modernização das instalações e para a manutenção de inovações tecnológicas. Para isso, o Conselho Executivo conta com as verbas do orçamento de compensação em receita e com a captação de verbas por adesão a projectos: Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, Plano de Acção da Matemática e Ciência Viva.

O espaço da Escola oferece boas condições físicas, apresentando-se bem conservado. Existe equipamento e material didáctico em quantidade e qualidade adequadas. A segurança das instalações revela algumas deficiências (e.g., fissuras nas paredes, roturas nas canalizações, infiltrações), que o órgão de gestão, em articulação com a Direcção Regional de Educação do Norte, tem procurado resolver.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

A participação dos pais/encarregados de educação na construção das políticas da Escola é reduzida, resultando apenas da sua representação nos órgãos e nas estruturas de orientação educativa onde têm assento. Para incentivar a sua participação, a Escola tem procurado aprofundar o diálogo e desenvolvido, em colaboração com a Associação de Pais/Encarregados de Educação, diversas estratégias para os atrair ao estabelecimento de ensino: reuniões com pais, comemoração do dia dedicado aos pais e saraus. Relativamente ao acompanhamento da vida escolar dos alunos, observa-se um crescente envolvimento dos pais/encarregados de educação, traduzido no

aumento do número de pais que comparecem às reuniões com os directores de turma no final de cada período lectivo.

No que diz respeito à cooperação com o Município, esta cinge-se à sua representação na Assembleia de Escola e ao estabelecimento de alguns protocolos com vista a assegurar estágios profissionais dos alunos. A necessidade de realização de estágios profissionais em empresas e outras instituições locais tem contribuído para aproximar a Escola à comunidade educativa.

3.5 Equidade e justiça

A Escola procura praticar no seu quotidiano uma política generalizada de equidade e justiça, que garanta o acesso de todos os alunos aos bens educativos, independentemente da sua condição económica, social ou capacidade de aprendizagem. A resposta à heterogeneidade passa, sobretudo, pela diferenciação positiva dos apoios, quer sejam de carácter socioeconómico, quer respeitem às dificuldades de aprendizagem ou necessidades educativas especiais de carácter prolongado. Releva-se a diversificação da oferta educativa como opção estratégica da Escola para possibilitar o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, em função da variedade de capacidades e expectativas.

Alunos e pais têm uma imagem positiva sobre critérios de justiça curricular, justificando-a, por exemplo, com a explicitação dos critérios de avaliação e com a abertura de cursos profissionalizantes.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

O Conselho Executivo tem uma visão do projecto que pretende implementar e das mudanças a introduzir. Essa visão estrutura-se em dois grandes eixos de intervenção: a criação de condições para o sucesso de todos os alunos e a optimização dos recursos humanos e materiais. Porém, os instrumentos orientadores da acção prática são pouco objectivos e pragmáticos e não se articulam com um plano estruturado e sistemático de acompanhamento e avaliação do serviço educativo.

A liderança é determinada e procura motivar docentes e outros actores para o trabalho conjunto e a partilha de responsabilidades. O estabelecimento de uma comunicação directa entre o órgão de gestão e os professores, pessoal não docente, pais, alunos e outros parceiros contribui para a criação de um clima de tranquilidade e de confiança.

A oferta educativa da Escola é diversificada e ajustada às necessidades do meio e às expectativas dos alunos e das famílias.

4.2 Motivação e empenho

O Conselho Executivo está motivado, conhece bem a sua área de acção e pratica uma gestão eficaz e motivadora do comprometimento e de partilha de responsabilidade entre os diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa da Escola. Os órgãos de gestão trabalham de forma articulada e em complementaridade, sendo de assinalar o papel da Assembleia junto da Autarquia e das empresas locais com vista à organização e abertura de cursos profissionalizantes e de estágios em contexto profissional. Já a assumpção da liderança por parte da gestão intermédia é menos conseguida.

A gestão está atenta a eventuais casos de absentismo dos alunos, intervindo em casos mais problemáticos com a colaboração de instâncias parceiras. Relativamente a eventuais casos de absentismo dos docentes, a Escola implementou um sistema interno de permutas dos docentes no âmbito do conselho de turma e das áreas disciplinares que tem contribuído para a sua redução.

4.3 Abertura à inovação

A Escola manifesta alguma abertura à inovação e criatividade na resolução dos seus problemas, evidenciada na adopção de dispositivos tecnológicos integrados de controlo e gestão, na diversidade de actividades de enriquecimento curricular, na adesão a projectos nacionais e na capacidade demonstrada de adequar a oferta educativa às necessidades do meio e às expectativas dos alunos e famílias.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

Para responder ao problema do abandono e insucesso escolares, a Escola diversificou a oferta educativa da Escola e tem vindo a realizar protocolos com universidades, Autarquia, empresas e instituições locais, a fim de assegurar locais para a realização de estágios profissionalizantes dos seus alunos e, também, a sua empregabilidade. Desenvolve actividades/projectos em colaboração com as juntas de freguesia, instituições desportivas e de solidariedade social e participa em alguns projectos nacionais: Rede de Bibliotecas Escolares, Plano Nacional de Leitura, Plano de Acção da Matemática e Projecto Ciência Viva).

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola

5.1 Auto-avaliação

A Escola carece de um processo estruturado e sistemático de auto-avaliação, com critérios, indicadores e padrões de qualidade explicitados, de modo a conferir credibilidade à auto-avaliação e ser um potencial de desenvolvimento contínuo. Tal não significa que não tenha práticas de reflexão sobre o seu desempenho, designadamente sobre os resultados escolares e as aprendizagens dos seus alunos. Para apoiar essa reflexão, recorre ao tratamento estatístico/análise de resultados das disciplinas/áreas disciplinares por anos de escolaridade e aos relatórios das estruturas de orientação educativa. Embora, a Escola procure utilizar a informação recolhida para introduzir novos procedimentos e induzir qualidade, falta-lhe uma reflexão intencionalmente dirigida para a concepção de planos de acção devidamente estruturados e passíveis de comprovar a sua relevância na melhoria efectiva da qualidade dos resultados escolares/desempenho global da Escola.

5.2 Sustentabilidade do progresso

A Escola conhece os seus pontos fortes e fracos. A estabilidade e empenho do corpo docente, a liderança mobilizadora e a diversificação da oferta educativa constituem condições para o seu progresso. Mas a sustentabilidade do seu progresso futuro passa pela implementação de uma metodologia sistemática de monitorização da eficácia do seu Projecto Educativo conjugada com o aprofundamento das parcerias/protocolos com instituições locais.

Se encontrar os caminhos de acção que tornem efectiva a sua estratégia de melhoria a nível do processo de ensino aprendizagem e dos resultados escolares, a Escola reúne condições para progredir e resolver alguns dos problemas que a afectam.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da Escola (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*; constrangimento: *condição externa à organização que poderá prejudicar o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- Conselho Executivo com uma atitude pró-activa.
- Gestão motivadora do comprometimento e responsabilidade dos diferentes elementos da comunidade escolar.
- Oferta educativa diversificada e adequada às expectativas dos alunos e das famílias.
- Preocupação com a inclusão e a equidade.
- Bom clima e ambiente educativo.

Pontos fracos

- Discrepâncias significativas entre a média das classificações internas e a das classificações obtidas em exames nacionais, designadamente em Matemática (9.º e 12.º anos) e História (12.º ano).
- Inexistência de um modelo estruturado de auto-avaliação, sistémico e coerente.
- Falta de acompanhamento e supervisão da prática lectiva a nível da sala de aula.
- Frágil articulação inter departamental.
- Participação reduzida dos pais/encarregados de educação na definição das políticas da Escola.

Oportunidades

- Aprofundamento das parcerias/protocolos com a Autarquia, empresas e instituições locais poderão potenciar uma maior visibilidade e afirmação da Escola na comunidade local.

Constrangimentos

- Crescente sobrelotação das instalações escolares e conseqüente falta de espaços físicos adequados para responder à diversificação da sua oferta educativa.

Este Relatório foi alterado, na pág.3, no que diz respeito à referência aos resultados escolares nos exames do 9.º ano (domínio 1) em função do contraditório apresentado pela escola avaliada.